

É PRECISO AJUSTAR O FOCO*

ELIANA CALMON ALVES

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

A função das escolas da magistratura é formar o juiz ingressado, não preparar jovens para concursos, insiste a coordenadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

A ministra Eliana Calmon se define como uma batalhadora da Justiça e juíza por vocação. Critica o Judiciário, diz, porque ama a Instituição. Nascida na Bahia, começou a carreira como professora de Processo Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde prestou concurso para procuradora. No meio do caminho, fez concurso para juíza federal e deslanchou a carreira. Criadora da Escola da Magistratura do Distrito Federal, chegou ao Superior Tribunal de Justiça em 1999, como a primeira mulher a ascender a essa instância. Nomeada coordenadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, instituída pela Emenda Constitucional 45, que realizou a reforma do Judiciário, Eliana Calmon tem viajado por todo o país, ouvindo e elaborando idéias do que virá a ser o currículo das 82 escolas da magistratura, federais, estaduais, da Justiça do Trabalho ou militar, espalhadas pelos mais diferentes recantos. Nesta entrevista a *Diálogos&Debates*, concedida em sua residência em Brasília, a ministra discorre sobre a carreira, sobre a urgência de buscar o foco na formação de juízes voltados para o mundo atual, sobre o "olhar feminino da Justiça", que segundo ela não existe, e sobre seu best-seller de receitas culinárias.

diálogos & debates Em um de seus primeiros contatos com a Justiça, uma juíza aconselhou à senhora a desistir da carreira. Como foi isso?

*Entrevista concedida à Revista Diálogos & Debates pela Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Ministra Eliana Calmon Alves

Eliana Calmon *[rindo]* Ah, ela foi a primeira juíza federal do Brasil, a doutora Maria Rita Soares de Andrade, grande figura. Havia trabalhado em um escritório de advocacia que dera assistência ao Marechal Humberto Castelo Branco, e quando ele se tornou presidente da República achou interessante nomeá-la juíza federal, pois era uma mulher muito combativa, embora tivesse alguns pontos de vista um tanto retrógrados *[risos]*. Alguns anos depois, quando eu já era juíza federal, ela foi à Bahia fazer uma visita ao foro do qual eu era diretora, e eu a lembrei da história e ela riu muito. O caso é que ela havia tido um noivo, o amor de sua vida, que morrerá às vésperas do casamento - e ela nunca mais se envolveu com ninguém, manteve-se fiel a esse amor por toda a vida. No momento em que me viu, uma jovem de 23 anos, recém-casada, querendo ser juíza, achou que a vida estava me dando a coisa mais maravilhosa do mundo, aquilo que ela não teve, um casamento, um lar. Então me disse que mudasse de idéia e fosse para casa cuidar do meu marido! Ela devia carregar essa frustração, pois a coisa que mais quis era ter tido a casa dela, com o marido e os filhos, mas o destino não deixou. Quando vim a saber disso, a entendi perfeitamente. Mas na hora fiquei furiosa.

diálogos & debates A senhora trabalhou como professora. Como foi sua experiência docente?

Eliana Calmon Dei aulas de 1972 a 1989. Logo após aquela conversa com a juíza no Rio, meu marido foi transferido para o Rio Grande do Norte, e ali prestei concurso para professor, na Universidade Federal, onde comecei minha vida acadêmica. Ali, por influência de um colega, fiz concurso para a Procuradoria. Depois me transferi para a Federal da Bahia. Lecionava Processo Civil e foi uma experiência muito rica, a mais gratificante que tive. Adorava dar aula. Quando cheguei a Brasília, a transferência era muito complicada, porque quase todos os ministros são professores, a universidade está lotada. Como eu era de um tribunal intermediário, não tinha prioridade e ficava com horários pífios. Para não sacrificar a minha atividade primeira, de julgar, fiz a opção de me alocar inteiramente ao Judiciário.

diálogos&debates Como a senhora se tornou procuradora da República?

Eliana Calmon Como disse, quando lecionava no Rio Grande do Norte, conheci um professor que era procurador. Fizemos amizade e ele me incentivou a prestar o concurso. Fui aprovada e, como não tinha vaga no Rio Grande do Norte, escolhi o Estado mais próximo, Pernambuco, onde fiquei dois anos, até meu marido ser transferido para Brasília. Cheguei em 1976, em plena ditadura, em uma época em que o Ministério Público estava absolutamente amordaçado. E ocorreram alguns episódios muito significativos. Um deles foi a invasão da Universidade de Brasília. O advogado e hoje deputado Sigmaringa Seixas entrou com um mandado de segurança em favor dos estudantes, que não podiam entrar no campus, mesmo os que viviam ali. O processo caiu para mim, junto com uma ordem do procurador Henrique Fonseca de Araújo, dizendo que eu deveria conversar com ele antes de entregar o parecer.

diálogos&debates Ou seja, ele queria ter o controle da sentença, certo?

Eliana Calmon Sim. Então, fiz um parecer favorável à concessão da segurança e fui ao doutor Henrique, que disse que ia ler e voltaria a conversar comigo no dia seguinte. Eu havia elaborado o parecer com todo o espírito de negar a segurança, porque sabia que a Procuradoria estava alocada aos interesses políticos e não queria criar problemas para a chefia. Mas não podia transigir com o direito. O quanto pudesse arrumar, arrumaria. Fui descartando as preliminares levantadas pela autoridade de captura e, quando parei no mérito do mandado de segurança, concedi. No dia seguinte o procurador disse que meu trabalho estava muito bem elaborado, mas que ele tomaria a liberdade de inserir algumas folhas no parecer para negar a segurança, aproveitando apenas a parte das preliminares. Pedi a ele que colocasse outro colega para fazer o trabalho, porque ele tinha um cargo político, mas eu tinha um cargo técnico e não podia dar aquele

parecer. Esperei uma revanche, mas ele foi fantástico comigo. A partir daquele dia, tudo que tinha de responsabilidade dentro da Procuradoria o Henrique Fonseca de Araújo pedia para eu fazer.

"Quando houve a invasão da UnB, me recusei a assinar um parecer contrário a uma postura técnica. E fui valorizada por isso"

Diálogos & debates O oposto do que a senhora esperava.

Eliana Calmon A minha atitude de independência e liberdade foi um passo a mais na carreira. Veja, muitas vezes as pessoas não sabem usar sua independência porque ficam pensando que serão punidas, mas nunca me dei mal com as minhas ousadias. O fato é que a partir desse episódio me desgostei com a carreira, porque o Ministério Público não fazia nada, era um "assinador" de parecer. Então resolvi fazer concurso para juiz e ingressei na magistratura como juíza federal. Trabalhei na Bahia por dez anos, até que a Constituição de 1988 criou o Tribunal Regional Federal. Eu pensava que iria acabar minha carreira como juíza, pois era difícil chegar ao Tribunal Federal de Justiça. Era uma escolha política e eu não passava de uma juízinha da Bahia sem tradição ou família política. Mas em 1989 cheguei ao Tribunal Regional, onde fiquei por dez anos. Aí veio a grande possibilidade de vir para o Superior Tribunal de Justiça.

diálogos & debates Como se deu a sua entrada para o STJ?

Eliana Calmon A escolha de um Tribunal Superior é a mais democrática que temos dentro da República, porque os três poderes participam da escolha. Primeiro o Judiciário faz a indicação de três nomes, que vão para o presidente da República. Depois a escolha do Executivo vai para a sabatina do Legislativo. Sob o ponto de vista formal, como está na Constituição, é a escolha mais perfeita que existe. No caminho acontecem as interferências políticas. O fator político é decisivo, por isso achava difícil que uma pessoa como eu chegasse a um Tribunal Superior, primeiro devido ao meu perfil de independência, e também por nunca terem escolhido

uma mulher. No entanto, algumas coisas foram me dando realce. Como professora, dava muitas palestras no Conselho da Justiça Federal e tinha contato com os ministros. Outra coisa que pesou foi minha atuação na Escola da Magistratura.

diálogos & debates O que fez com que a senhora se dedicasse à Escola?

Eliana Calmon Desde cedo comecei a observar que nós, magistrados, precisávamos ter uma formação adequada e um órgão a que nos dirigíssemos para contar nossas dificuldades e pedir auxílio. Um órgão que nos entendesse, porque a Corregedoria não desempenhava esse papel. Então criei, com uma resistência enorme, a Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da primeira região. Para evitar que houvesse problema, nem chamei de escola, e sim de "núcleo". Não fiz propaganda, não deixei sair notícia no jornalzinho do Tribunal, nem tirar fotografias. Para não despertar o ciúme dos outros colegas, agia com prudência. Criar o núcleo foi uma África, mas pedi ao presidente que me desse apenas uma linha telefônica e um fax, pois o resto faria com os funcionários do meu gabinete. Como não haveria nenhum investimento para o tribunal, ele deixou. Quando saiu no *Diário Oficial* que estava sendo criado um núcleo de preparação de magistrados na primeira região, a ministra Ellen Gracie, juíza do tribunal da quarta região, me telefonou e perguntou como eu conseguira fazer aquilo, pois no tribunal dela não haviam aceitado a proposta. Mas ela pedira muita coisa, eu disse que a gente não tem de pedir nada, tem que criar o caso. Esse núcleo me aproximou da Escola Nacional da Magistratura, na época dirigida pelo ministro Saulo de Figueiredo, um homem que me deu muitas oportunidades, porque ficou encantado com aquele trabalho que eu fazia e que era quase anônimo.

diálogos & debates Que tipo de trabalho a senhora realizava na escola?

Eliana Calmon Eu pedi ao tribunal que me entregasse todas as turmas que tivessem acabado de fazer o concurso. Na primeira vez, só me deixaram ficar com os concursados durante uma semana. Na segunda vez ficaram duas semanas. Na terceira, foram três semanas. Eu os internava em um hotel, porque tinha gente do Brasil inteiro, pela manhã havia a parte das palestras e à tarde eles iam visitar as varas e receber instruções dos magistrados. Era meio incipiente, mas já era algo. Depois, naquela época houve a liquidação de um patrimônio da Siderbrás, autarquia extinta pelo Collor que deixava uma massa de débitos e um patrimônio magnífico na beira do lago. Era o clube da Siderbrás, com instalações, piscina e sauna. Quando soube que seria alienado, fui verificar e achei que aquilo era uma maravilha para instalar a escola da magistratura. Pedi ao presidente para fazer uma opção a fim de que aquele terreno ficasse para a escola. Foi nessa área que, anos depois, quando eu já estava no STJ, se construiu a sede da escola da magistratura federal.

diálogos&debates Como é a formação do juiz federal hoje?

Eliana Calmon Continua mais ou menos a mesma coisa. O núcleo virou escola. Hoje, em Brasília, existe uma escola fantástica em termos de instalação, com acomodações para hospedagem, restaurante, auditório. Todos os concursados vêm pra cá e a duração dos cursos depende da direção.

diálogos&debates Quanto tempo a senhora ficou na escola?

Eliana Calmon Comecei em 1994 e me afastei em 1998, porque a essa altura a escola já estava incrementada e começara a aparecer. O problema é nascer, depois pode fazer propaganda. Então, com o incentivo do ministro Saulo e a minha aproximação com os ministros, me candidatei ao Superior Tribunal de Justiça, sem muita esperança, tanto que não trabalhei politicamente. Fui a primeira mulher a entrar na lista tríplice, mas o presidente da República não me nomeou. Na segunda lista, fui muito bem votada e em 1999 cheguei ao STJ fazendo uma promessa comigo mesma, de

ficar em lua-de-mel com o novo tribunal. Tinha brigado tanto no Regional que prometi ficar quieta e comportada. Foi só promessa [risos].

diálogos&debates Que brigas a senhora comprou?

Eliana Calmon Muitas, por posições institucionais e técnicas. Continuo uma guerreira danada, e cada vez fica pior, porque vou ficando antiga. Sou uma crítica do Poder Judiciário, mas faço a crítica de quem quer bem. Sou magistrada de vocação, tanto que abandonei o magistério para me dedicar inteiramente. Não faço outra coisa, e já estou até pensando em começar a me desligar afetivamente do Judiciário, porque vai chegando a época de preparar a aposentadoria.

diálogos&debates Dizem as boas línguas que a senhora alimenta aspiração de ingressar no Supremo.

Eliana Calmon Não é certo. E acho que seria muita difícil, porque o STF é uma corte extremamente política. Todo o controle da nação termina chegando ao STF. Aqueles onze ministros podem fazer o que quiserem: decretar *impeachment* do presidente, fechar o Congresso Nacional, determinar a vida e a morte da nação, e é lógico que tanto poder implica uma carga muito grande de contingências políticas para eles decidirem. Como tenho um perfil de muita independência, não sou uma pessoa confiável. Hoje posso estar de um lado e amanhã de outro. A minha posição sempre foi muito técnica, e acho que isso me desfavorece para o STF.

diálogos&debates Em que sentido os onze ministros são confiáveis?

Eliana Calmon São pessoas confiáveis porque têm uma visão política. A minha visão é técnica, mas o perfil de um ministro do Supremo é muito mais político. São onze políticos. E têm de ser. Se eles estão com toda a responsabilidade de controle difuso e concentrado, não podem ser técnicos. É difícil para os ministros judicar, porque julgam o controle difuso e concentrado. Entra uma apreciação da constitucionalidade, que é o controle

concentrado, no qual eles examinam a letra fria da lei em face da Constituição Federal e se posicionam. Posteriormente, começam a vir os casos concretos motivados por aquela lei, e esse é o controle difuso, no qual se verifica o que está acontecendo com aquela lei dentro da sociedade. Veja, quando uma lei é criada, nunca se sabe qual será sua repercussão. Esses reflexos todos, que também precisam ser analisados pelo juiz, já encontram um Supremo comprometido por aquela manifestação que ele deu desde o início. Entendo que, hoje, o Judiciário brasileiro está com uma grande dificuldade em razão dessa duplicidade de funções do STF. Em todos os países onde existe suprema corte, ela faz exame apenas do controle concentrado, da constitucionalidade. O exame dos processos, dos casos concretos, da vida de João e Maria, é feito pelos demais tribunais. Hoje o Supremo está sobrecarregado de processos. A ministra Carmem Lúcia Antunes Rocha, que acabou de ingressar, me disse outro dia que herdou 14 mil processos! Um ministro do Supremo me contou que recebe 74 processos por dia. É um absurdo. Ou eles atendem bem ao controle concentrado ou se dedicam ao controle difuso, senão ficam praticamente estagnados. De fato, a gente abre os jornais e vê que as decisões do STF são todas políticas. As decisões da vida do cidadão quem está tomando é o STJ.

diálogos&debates O fato de um presidente da República poder ficar oito anos no poder não acaba criando um Supremo à sua imagem e semelhança?

"A ministra Carmem Lúcia, que acaba de ingressar no STF, me contou que herdou 14 mil processos! É um volume absurdo"

Eliana Calmon A gente sabe que existe um comprometimento até um pouco ideológico. A nação pede uma reforma, mas não há interesse político em fazê-la, nem do próprio Supremo, que não quer perder poder, nem do próprio presidente da República, porque, se o Supremo se transformasse numa corte constitucional, seus membros não seriam vitalícios. Eles teriam um mandato que não coincidiria com os mandatos

presidenciais, para que não houvesse vinculação política e ideológica do presidente do Executivo com os ministros do STF. Essa vinculação é do próprio sistema, e fica muito evidente com o presidente Lula, que já fez seis entre os onze ministros, e possivelmente fará o sétimo ou o oitavo no segundo mandato. Por tudo isso, não alimento o sonho de ir para o Supremo Tribunal Federal.

diálogos&debates Como a senhora vê o espírito corporativo do Judiciário?

Eliana Calmon Para proteger o Judiciário, nos habituamos a não levar para a sociedade as fraquezas que ele, como toda instituição, tem. Mazelas que existem em todas as carreiras que trabalham com hierarquia, disciplina e em prol de uma postura ética na sociedade. Acho o Poder Judiciário parecido com o clero e a carreira militar, pois todos possuem essa autoproteção. Mas, a partir da década de 80, o Judiciário dos países mais evoluídos passou a ter uma posição diferente, mais aberta à sociedade. Quando a revisão crítica do direito tornou-se uma realidade, o Judiciário deixou de ser aquele austero ditador do direito posto para se tornar um ator na sociedade. O magistrado passa a ter uma função de aplicador da norma no concreto. Ele irá solucionar os casos a partir da lei, mas se insere na sociedade e sabe como vive o homem comum, como funcionam as instituições, quais as repercussões de suas decisões no sistema político e econômico, coisas que ao juiz do passado não interessavam - ele apenas aplicava a lei.

"Com o esgarçamento moral e busca da riqueza, características de hoje, é natural que existam infidelidade e corrupção no Judiciário"

diálogos&debates Hoje se exige um juiz mais próximo.

Eliana Calmon A partir dessas mudanças, o Judiciário tem de vestir uma nova roupagem, e nela não há lugar para a austeridade do passado.

E os males e as mazelas precisam ser solucionados, e não ficar a portas fechadas. Precisam ser levados para a sociedade porque hoje ela está participando ativamente da vida dos juízes. O que se quer é transparência, ou vamos dizer outra coisa quando assistimos a um programa na TV Justiça e vemos as sessões sendo transmitidas ao vivo para toda a nação? A partir daí, os magistrados começam a se tornar pessoas conhecidas pela população, e têm de dar uma resposta. Como é que vamos nos trancar para resolver nossos problemas? Não é possível. Por outro lado, dentro do esgarçamento moral e dessa busca pela riqueza, que são características do século XXI, é natural que dentro do Judiciário existam infelicidade e corrupção. Temos problemas graves e o próprio crime organizado tem interesse em se infiltrar no Estado e no Judiciário. Então não posso tratar os magistrados de hoje como tratava um rigor maior. E nossas leis e controles estão defasados em relação a essa realidade. A legislação é muito protetora, tanto para os magistrados quanto para os parlamentares. Temos dificuldades para pôr as mãos nas pessoas que inimputáveis, e isso dá margem para que avancem cada vez mais. O avanço da corrupção dentro do Judiciário é um fato, sem falar do tráfico de influência dentro da profissão, outra coisa que não aceito. E não só a legislação é difícil, mas também a nossa própria cultura, pois em princípio não acreditamos que algum de nós possa fazer algo errado.

"Muitas escolas estão preocupadas com o 'antes do ingresso', o que me parece uma energia desperdiçada em busca da obtenção de dinheiro"

diálogos&debates Nesse panorama, a função da escola não passa a ser muito mais importante?

Eliana Calmon Sim, mas antes de tudo a escola tem de ensinar a humanizar a atividade judiciária, ensinar aos magistrados a repercussão de suas decisões na sociedade. Você só tem responsabilidade quando está convencido de que seu trabalho tem repercussão social e importância para o

desenvolvimento da nação. Isso precisa ser ensinado e nunca foi. A escola fica muito preocupada em ensinar o prazo, os requisitos de uma sentença e o que deve conter um recurso. Isso para mim é bobagem, quem ensina é a faculdade. Para isso temos os livros e a internet. O que não temos é formação e aí começa a minha luta pela Escola da Magistratura, que hoje é muito mais de atualização e preparação do que de formação. Não adianta criarmos uma escola de complementação àquilo que não se aprendeu na faculdade. Não adianta que tenhamos um magistrado com mestrado e doutorado, mas sem formação adequada para ser magistrado. Essa não é uma idéia minha. Quando fui escolhida para coordenar a Comissão que elaboraria o esboço da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), a primeira coisa que fiz foi ir a São Paulo, hoje um centro de excelência. Conversei com diversas pessoas interessadas no Judiciário, entre elas os professores José Eduardo Faria, o Celso Fernandes Campilongo, o Dirceu Cintra, e todos me passaram essa idéia de uma escola como centro de formação.

diálogos&debates Onde estão os bons centros de formação?

Eliana Calmon Hoje, no Brasil, temos algumas grandes escolas de magistratura: a do Rio de Janeiro, a do Rio Grande do Sul e a de Minas Gerais, essa onde começou todo o movimento de escolas e cujo perfil é o que mais se alinha ao que acho interessante, que é a preocupação com os magistrados depois do ingresso na magistratura. Muitas escolas estão muito preocupadas com o "antes do ingresso", o que me parece uma energia desperdiçada a serviço de um interesse que é a obtenção de dinheiro para a manutenção da escola. A estruturação da escola, a sede, o amplo auditório, os professores que mandam buscar no estrangeiro, acho tudo maravilhoso, mas onde fica a formação dos novos juizes? Algumas escolas de magistratura perderam o foco. É urgente ajustá-lo.

diálogos&debates Qual seria a estrutura curricular de uma escola que buscasse a formação do juiz?

Eliana Calmon Aí é que estamos com dificuldade. Conversei muito sobre isso com o professor Ary Oswaldo Mattos Filho, da Fundação Getúlio Vargas, com a professora Maria Teresa Sadek, gente que estuda o ensino do Direito hoje. E eles dizem que precisamos aliar a teoria à prática, e que a grande dificuldade que vamos ter é com o próprio corpo de professores. A idéia é se inspirar na escola do Itamaraty, que surgiu como algo pequeno e aos poucos foi crescendo. O papel da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados não é acabar com o que existe, é ditar uma política de ensino. A grade curricular ainda não está definida, mas sabemos que vai ter ética, ciência política e economia, porque hoje o ensino do direito está muito desvinculado da realidade, do concreto. Em qualquer conflito, de uma briga no trânsito até as altas disputas entre multinacionais, a melhor solução vem da composição entre as partes, não do início de um litígio e de um processo. Muitas vezes a solução de um conflito dado pelo Judiciário gera outros conflitos, porque toda a veia de nossos profissionais do direito é para demandar. Aprendemos como nos portar para solucionar por meio de uma ação, mas não aprendemos a conciliar.

diálogos&debates A atual escola da magistratura federal, aqui à beira do lago, onde era o clube da Siderbrás, seria a sede dessa escola nacional?

Eliana Calmon O espaço físico não é o que importa, pois na minha concepção a escola nacional seria o cérebro pensante do sistema, de onde sairiam as diretrizes e coordenadas a serem executadas pelas escolas federais e estaduais. Ela agregaria as 82 escolas existentes nos Estados e nos tribunais regionais. Tem Estado com duas escolas, como Pernambuco, pois ali um desembargador brigou com outro, que dirigia a escola, e em desafio criou uma nova. E as duas funcionam oficialmente. As escolas estão abrigadas, do ponto de vista jurídico, em associações e fundações, não fazendo parte da estrutura do Judiciário. Apenas a escola paulista e a mineira são órgãos do Tribunal, com verba do tribunal. A do Rio de Janeiro faz parte

do tribunal, mas o dinheiro que arrecada não passa pelo Tribunal de Contas, vai para um fundo que financia as despesas. Mas em outros Estados o que ocorre é uma operação paralela ao Tribunal, com uma escola extremamente lucrativa, que praticamente só tem receita, pois dá cursos preparatórios para concursos usando a estrutura do tribunal.

diálogos&debates Geram receita sem arcar com os custos. É assim?

Eliana Calmon Sim, pois usam funcionários, equipamentos, salas do Tribunal numa operação paralela. Há algumas coisas muito ruins. Por exemplo, em alguns Estados aluno que faz o curso preparatório na escola de magistratura tem pontuação maior no concurso para juiz. Isso não pode, pois é arregimentação de clientela. Acho isso um horror, mas acontece. Encontrei algumas situações em que o desembargador era professor da escola preparatória e depois fazia parte da banca examinadora, o que acho extremamente grave.

diálogos&debates Como a senhora vê a crítica que se faz a alguns juízes que se dedicam mais ao magistério do que à magistratura?

Eliana Calmon Eu entendo que os magistrados foram levados a procurar estudos paralelos para se enriquecer intelectualmente porque a magistratura não deu a eles os cursos necessários. Na medida em que foi havendo um apelo da sociedade por uma especialização, o Judiciário se abriu e hoje estamos numa situação complicada, porque alguns magistrados saem para fazer cursos no exterior com custeio parcial, ou seja, não recebem diária mas vão com o seu salário. Os tribunais na maioria dos casos não examinam se aquele curso servirá ao Judiciário, se enriquecerá a atividade judicial, porque, eles dizem, o magistrado "precisa se ilustrar". Não tenho nada com a vida pessoal de nenhum juiz, mas se ele quer se ilustrar e fazer o curso para saber por que as estrelas brilham, que o faça com seu dinheiro. Acho que o Tribunal tem de se preocupar sim com cursos que possam melhorar o desempenho do magistrado, mas o que estamos

observando é que esses meninos saem para fazer os cursos, voltam e alocam o conhecimento adquirido à custa do Judiciário para as universidades particulares, para ganhar mais. Alguns dão tantas aulas que judicam nas horas vagas. E não estou exagerando. Tenho conhecimento do caso de um magistrado que chega à Justiça às 4 da tarde. É óbvio que tem de viver acumulado. Tenho conhecimento de magistrado que está pagando para que pessoas bem formadas produzam suas sentenças. Isso não é possível, é urgente que se estabeleça um critério, e esse critério é a escola. E ainda tem um outro aspecto perverso nisso tudo: quando o magistrado que sai é um juiz do Amazonas, do Acre, de Rondônia, onde existem pouquíssimos juízes, o colega que fica acaba sobrecarregado, muitas vezes com jurisdição em duas, três varas. Mas, na hora da promoção, os que viajaram são os mais bem aquinhoados, porque, ao comparar o currículo, quem ficou dando sentença não tem nem mestrado. Essas disfunções precisam ser corrigidas, mas só podemos corrigir quando arrumarmos a base, proporcionando cursos que sejam compatíveis com a magistratura.

diálogos&debates As sessões do STF exibidas pela TV Justiça mostram um clima agradável, como se todos fossem gentis colegas. É assim também no STJ?

Eliana Calmon O magistrado de colegiado tem muita gentileza, pois, se não houver essa preocupação, tudo se torna tumultuado e vira briga pessoal. Temos muito cuidado, então a convivência é boa em termos superficiais. Mas no Judiciário as pessoas não são muito solidárias. Toda atitude que foge do padrão estabelecido faz com que as pessoas fiquem mudas, não reprovem nem aprovem. Se depois tiver repercussão boa, todos apóiam. Se for execrado socialmente, reprovam. Essa é uma postura tradicional do Judiciário. É difícil alguém tomar uma atitude que não seja o lugar-comum e um colega dizer "Estou com você, sei que se agiu assim é porque está certo".

Há outro aspecto perverso: quando um juiz vai estudar fora, o colega que fica acaba sobrecarregado. Mas, na hora da promoção, os que saíram são os mais bem aquinhoados, quem ficou dando sentença não tem nem mestrado.

diálogos&debates A senhora tomou alguma decisão ou relatou algum assunto que tenha provocado muita polêmica?

Eliana Calmon Houve reprovação de algumas atitudes que tomei, tanto administrativas quanto judiciais. A primeira foi quando me insurtei, dentro de uma sessão, quanto à participação dos filhos de ministros na advocacia. Em uma sessão, o advogado do réu era filho de um ministro, e estava havendo manipulação de quorum. Na frente dos colegas, disse que queria chamar a atenção para uma situação muito delicada que era a participação de filhos de ministros na advocacia. Foi um horror. Fez-se um silêncio tumular e eu, preocupada, na hora chamei a taquigrafia, peguei as notas taquigráficas sem correção, levei-as ao presidente e disse para ele resolver aquilo. Ninguém aprovou nem reprovou. Ficou todo mundo em silêncio, mas como a repercussão foi a melhor possível, entre os advogados, na OAB e politicamente, tive muita aprovação no tribunal. A outra situação foi quando mantive a decisão do Tribunal de São Paulo de afastar o Celso Pitta da Prefeitura. Veio uma medida cautelar para suspender a decisão, mas entendi que era preciso mantê-la. Houve muita reprovação, porque, segundo o padrão, "o que o povo bota só o povo tira", o Judiciário não pode inserir-se nos mandatos eletivos.

diálogos&debates No caso da Escola Base de São Paulo, até hoje entendido como um exagero e precipitação da mídia em condenar sem provas, a senhora foi relatora e voto vencido contra o pagamento de indenização.

Eliana Calmon Eu estabeleci uma indenização para as pessoas que foram vítimas não dos meios de comunicação, mas da leviandade de um delegado. Tive aquele processo em mãos e verifiquei que havia um pedido

de condenação da Rede Globo. Quando surgiu o problema, a Rede Globo fez uma entrevista com o delegado, que foi quem disse que já estava provado. Pegaram esse delegado, levaram para o Rio de Janeiro, fizeram a entrevista a portas fechadas, o texto foi mostrado e assinado. A partir dessa entrevista, com texto assinado pelo delegado, divulgaram o fato e todos os outros órgãos de comunicação passaram a copiar o que estava na entrevista da Globo. A culpa não foi da imprensa, mas da polícia. O delegado foi afastado do cargo e respondeu a processo disciplinar. Condenei o Estado a pagar uma indenização e o delegado a pagar em ação de regresso ao Estado.

diálogos&debates A senhora acredita que as juízas, por serem mulheres, possuem um olhar especial para os problemas do cidadão?

Eliana Calmon Não acredito nem em olhar feminino nem em olhar masculino. É natural que a mulher seja diferente do homem pelas próprias circunstâncias da sociedade em que foi criada. A mulher tem várias facetas e desempenha muitas atividades porque foi treinada para isso. É dona de casa, profissional, conciliadora, tem de atender ao filho, marido, empregada e patrão. Ela faz muitas coisas ao mesmo tempo e isso é interessante para a magistratura, mas não acredito em um "olhar feminino da Justiça". Lógico que desempenho minha atividade de acordo com minha biografia, com o que foi minha história. Como a mulher tem um papel social diferenciado, pode levar isso para o exercício do direito. Essa é a faceta de cada um, mas não acredito num jeito feminino. O direito tem a cara da sociedade brasileira e os atores que trabalham na aplicação do direito têm a visão proporcionada por sua biografia. Além disso, observo que no momento em que a mulher chega à magistratura, sobretudo aos tribunais, se transforma. Como ainda são poucas as mulheres no Judiciário, ela começa a buscar identificar-se com o comportamento dos colegas homens, até por aceitação. Há grande necessidade de aceitação. Isso só acabará quando o número de mulheres for maior.

diálogos&debates Em porcentagem, como é a participação da mulher no Judiciário hoje?

Eliana Calmon Na base da Justiça Federal, temos 32% de mulheres, mas na cúpula do Judiciário são cinco no STJ, duas no STF, duas no Tribunal do Trabalho e nenhuma no Tribunal Militar. Então ainda nem sabemos qual é o olhar feminino, e se é diferente ou não. A chegada da mulher ainda não é algo absolutamente tranquilo, porque o mundo e o poder são masculinos, por mais que a gente queira dizer diferente. Quando a ministra Ellen Gracie foi ao Senado para ser sabatinada, todos caíram aos seus pés porque ela era bela e elegante. Ninguém falou de sua competência ou da vida pregressa de militância na Justiça. Somos nós que temos de mudar isso com a nossa postura. Não podemos agradecer por terem nos aceitado, agradecer por termos cortado o queijo do céu, agradecer por terem dito que somos mulheres diferentes. Essa não é a postura.

“É natural que a mulher seja diferente do homem pelas próprias circunstâncias em que foi criada. Mas não acredito em um 'olhar feminino da Justiça.’”

diálogos&debates Como surgiu a cozinheira Eliana Calmon?

Eliana Calmon Ah, não sou uma grande cozinheira, sou uma curiosa [risos]. Adorava acompanhar minha mãe nos cursos de culinária e desde menina tinha livro de receitas. Na minha casa, não aceito que meus convidados comam coisas encomendadas a bufe, pois gosto de cozinhar e acho que é uma forma de nos darmos aos amigos. Em 1994 fui procurada pelo pessoal de eventos do Tribunal Regional da Primeira Região, do qual era juíza. Queriam fazer pela primeira vez uma comemoração do Dia Internacional da Mulher. Para atrair também o interesse dos homens, convidei a então deputada federal Marta Suplicy para dar uma palestra. Como ela pediu 2 mil dólares, convidei outra deputada, a Sandra Starling, que fez uma bela conferência sobre a violência contra a mulher, assunto de uma CPI da qual participara. Na época eu estava treinando o uso do

computador e durante as férias resolvi passar a limpo o caderno de receitas que estava meio bagunçado. Então tive a idéia de fazer um livro com receitas simples para as mulheres da vida moderna, que são ocupadíssimas, e lançá-lo nessa comemoração no Dia da Mulher. Como o chamei de *Receitas da Mulher Moderna*, ninguém sabia sobre o que tratava. Quando descobriram que era um livro de receitas, acharam interessante, e o livro acabou me ajudando muito na campanha para o STJ, porque eu visitava os ministros e levava um livrinho para a mulher de cada um deles. Minha campanha foi permeada com o livrinho de receitas, uma forma de dizer que sou uma mulher doméstica, não represento ameaça. Nas reuniões, nunca ficava com o grupo de magistrados, mas sim com as mulheres deles, não somente por campanha, mas até por sabedoria. Gosto de ouvir os papos sobre casa, criança, empregada. Gosto e acho que tudo isso termina me enriquecendo.

diálogos&debates A mulher moderna ainda quer cozinhar?

Eliana Calmon Repito o que disse na apresentação do livro: as mulheres sempre viram na cozinha uma forma de inferioridade, seja porque não tinham opção e eram obrigadas, seja porque não tinham condições de ter empregada que fizesse os serviços domésticos. Ao longo do tempo, perderam a idéia de como é bom cozinhar como forma de lazer. Estava na hora de fazer esse resgate, e queria mostrar que, independentemente de ser mulher, profissional e bem-sucedida, gostar de cozinhar não é nenhum demérito.